



25018673



08000.019743/2023-60



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO DE ADESÃO Nº 11/2023/SENASP - REDEMAIS

TERMO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR MEIO DA PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A UNIÃO, por meio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0001-36, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília - DF, CEP 70064-900, doravante denominada **MJSP**, neste ato representado pelo Sr. FRANCISCO [REDACTED] Secretário Nacional de Segurança Pública, domiciliado na [REDACTED] RG nº [REDACTED] Órgão Expedidor SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e o ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL - RS, por meio da PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.191.353/0001-17, com sede em Avenida Honório Bicalho, S/N – Getúlio Vargas Rio Grande/RS – Brasil, CEP 96201-020, doravante denominado **ADERENTE**, neste ato representado pelo Sr. CRISTIANO [REDACTED] Presidente da PORTOS RS, empossado no dia 26 de abril de 2022, domiciliado em Rua [REDACTED] Registro Geral nº [REDACTED] Órgão Expedidor SSP/RS e inscrito no CPF nº [REDACTED] resolvem celebrar o presente TERMO DE ADESÃO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a adesão do ADERENTE à RedeMAIS, do Programa Meio Ambiente Integrado e Seguro – Programa Brasil MAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE DA REDEMAIS

A RedeMAIS, como vetor de desenvolvimento e realização do Programa Brasil MAIS, tem finalidade de estruturar ambiente matricial de cooperação e de compartilhamento de tecnologias, metodologias, técnicas e dados atualizados, entre seus integrantes - instituições, órgãos e entidades públicas da área de segurança pública das esferas federal, estadual, distrital e municipal para promover a multiplicação de conhecimento, a pesquisa, o treinamento e o desenvolvimento de recursos humanos, a padronização de procedimentos e o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias, conhecimentos, informações e dados voltados ao aprimoramento institucional e operacional dos



integrantes.

A adesão à RedeMAIS permite que o ADERENTE utilize plataformas e serviços de acesso a imagens, a dados geoespaciais, a dados estruturados e a dados não estruturados, provenientes do próprio MJSP, de instituições parceiras ou de contratações.

O acesso à RedeMAIS por parte do ADERENTE tem como finalidade, no limite do estabelecido no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, e com limitação da participação aos temas e assuntos concernentes à sua área de interesse, conforme as competências e atribuições do ADERENTE:

- o simplificar a oferta de serviços públicos;
- o orientar e otimizar a formulação, a implementação, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas;
- o possibilitar a análise das condições de acesso e manutenção de benefícios sociais e fiscais;
- o promover a melhoria da qualidade e da fidedignidade dos dados custodiados pela Administração Pública; e
- o aumentar a qualidade e a eficiência das operações internas da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

As credenciais de acesso concedidas são personalíssimas e não podem ser compartilhadas com terceiros, mesmo que sejam agentes públicos.

As chaves de acesso da instituição, quando providas, devem ser guardadas e utilizadas pela sua área de infraestrutura de tecnologias da informação e comunicação (TIC) para configuração de serviço *web* interno de acesso para seus agentes públicos.

As credenciais e chaves de acesso limitarão a abrangência geográfica e temática dos produtos (imagens, ferramentas, credenciais e chaves de acesso, dados etc.) recebidos por meio da RedeMAIS.

O ADERENTE é responsável pela integridade e segurança de acesso aos dados e informações compartilhados.

A quebra do sigilo das informações disponibilizadas fora das hipóteses expressamente autorizadas neste instrumento, sujeitará o infrator às sanções penais, cíveis e administrativas previstas na legislação pertinente, além de sumária exclusão da credencial ou chave de acesso à RedeMAIS.

CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Termo:

- o a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, quando o ADERENTE for integrante do Sistema Único de Segurança Pública (Susp);
- o a Lei 9784, de 24 de janeiro de 1999;
- o a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber;
- o a Portaria do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nº 535, de 22 de setembro de 2020, que institui e regulamenta o Programa Brasil MAIS;
- o as diretrizes e resoluções do Comitê Gestor do Programa Brasil MAIS;
- o os preceitos de Direito Público; e
- o supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MJSP



- º Analisar as solicitações de credenciais e chaves de acesso e concedê-las, dentro dos limites operacionais, em número adequado ao uso pelo ADERENTE.
- º Disponibilizar o acesso às plataformas, sistemas, serviços e dados da RedeMAIS, observadas eventuais restrições impostas e dentro dos limites e abrangências compatíveis com a competência do ADERENTE.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ATRIBUIÇÕES DO ADERENTE

Indicar, formalmente, representante titular e suplente para, dentre outras atribuições de fiscalização, prestar contas por meio de relatórios periódicos de informações e prestação de contas.

Indicar agente público que será responsável por realizar e manter a configuração do ambiente da instituição nas plataformas disponibilizadas pela RedeMAIS.

Apresentar relatórios periódicos de informações e de prestação de contas, conforme definições gerais e detalhadas emanadas do Comitê-Gestor.

Assegurar o cumprimento do presente Termo de Adesão e das regras do Programa BrasilMAIS e da RedeMAIS, sob pena de descredenciamento e rescisão do presente instrumento.

Citar como fonte, em documentos produzidos com suporte da RedeMAIS:

- º caso utilize apenas dados governamentais, mencionar a RedeMAIS. Ex: “Fonte RedeMAIS/MJSP”; ou
- º caso utilize produtos comerciais licenciados (ou não governamentais) obtidos pela RedeMAIS (imagens, plataformas, dados, etc.), tanto a RedeMAIS quanto o fornecedor originário. Ex: “Fonte: RedeMAIS/MJSP e © 2020 [Nome do fornecedor]”.

Assegurar o uso regular e lícito, por parte de seus agentes públicos, das ferramentas e produtos disponibilizados na RedeMAIS.

Somente permitir o acesso às informações obtidas aos agentes públicos da instituição mediante assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

Não distribuir e não permitir que se distribuam a terceiros de qualquer espécie os insumos e produtos (imagens, ferramentas, credenciais e chaves de acesso, dados etc.) recebidos por meio da RedeMAIS, incluindo publicação em portais de acesso público ou anônimo.

É vedada a utilização das imagens e produtos obtidos pelo ADERENTE:

- º por quaisquer órgãos ou entidades que não façam parte do Programa Brasil MAIS, incluindo fundações e institutos vinculados direta ou indiretamente ao ADERENTE; e
- º em projetos operacionais para pessoa física ou pessoa jurídica que não faça parte do Programa Brasil MAIS, desenvolvidos por meio de contratos ou cooperações (ou similares) que envolvam repasse de recursos.

Observar os critérios técnicos e de segurança que serão adotados para o acesso às informações contidas nas plataformas e sistemas, conforme o nível de acesso disponibilizado, e utilizar as informações que lhe forem disponibilizadas, exclusivamente, **nas atividades que lhe compete exercer e para alcançar o objetivo e a finalidade previstos**, além de manter sigilo relativo aos dados recebidos.

Adotar as resoluções editadas pelo Comitê-Gestor do Programa Brasil MAIS.

Manter o fornecimento de dados e informações atualizados junto ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp).

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS



Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente instrumento.

As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Os serviços decorrentes do presente instrumento serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo quaisquer remunerações pelos mesmos.

As dotações ou destinações de verbas específicas, que venham a ser objeto de negociação, serão devidamente processadas, na forma da lei, sempre mediante instrumento próprio.

O MJSP e o ADERENTE responsabilizar-se-ão pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste instrumento, como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes.

Os custos decorrentes da operacionalização para o acesso à RedeMAIS serão arcados pelo ADERENTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento entrará em vigor na data da assinatura e sua vigência será de 60 (sessenta) meses, prorrogável no interesse mútuo dos partícipes.

CLÁUSULA NONA – DA MODIFICAÇÃO

O presente instrumento poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, e com concordância expressa dos partícipes, vedada a modificação do objeto e da previsão de inexistência de repasse financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser denunciado ou, em caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas, rescindido de pleno direito, unilateralmente, a qualquer tempo, mediante notificação escrita ao outro signatário, com antecedência mínima de trinta dias.

O presente Instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

- º quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do presente instrumento; e
- º na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

A eventual denúncia ou rescisão deste instrumento, que implica no imediato descredenciamento do ADERENTE da RedeMAIS, não prejudicará o cumprimento:

- º das restrições de sigilo e distribuição dos dados aos quais teve acesso em decorrência do presente instrumento;
- º das condições de licenciamento das imagens, produtos e dados aos quais teve acesso em decorrência do presente instrumento; e
- º do objeto dos instrumentos específicos decorrentes deste, cuja execução já foi iniciada, os quais manterão seu curso normal até o final de seu prazo de vigência, de acordo com a Matriz de Responsabilidades, permanecendo os signatários titulares dos respectivos direitos e obrigações.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado, na forma de extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, ficando as despesas da publicação a cargo do MJSP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste instrumento será obrigatoriamente destacada a participação conjunta do MJSP, com a inclusão do logotipo do Governo Federal, observados os princípios da administração pública, dispostos no art. 37 da Constituição Federal e as diretrizes para comunicação do Governo Federal durante o período eleitoral, conforme Instrução Normativa nº 1, de 11 de abril de 2018, da Presidência da República, e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS E DAS CONTROVÉRSIAS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

As controvérsias relacionadas às áreas técnicas que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas indicadas pelos signatários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PACTUAÇÃO DAS METAS

A pactuação dos sistemas informatizados, metas a serem implementadas, execução e monitoramento da implementação e dos resultados do impacto deste instrumento serão definidos em conjunto pelos signatários, em documento próprio, denominado Matriz de Responsabilidades, e levará em consideração a estrutura e as peculiaridades do ADERENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As questões relacionadas à execução do presente instrumento e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas administrativamente serão submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Consultoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União.

Caso não sejam superadas as questões do inciso anterior, fica eleita a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para processar e dirimir os eventuais conflitos delas decorrentes.

Brasília, na data da assinatura.

FRANCISCO [REDACTED]
Secretário Nacional de Segurança Pública

CRISTIANO [REDACTED]
Presidente da PORTOS RS
Autoridade ADERENTE

CRISTIANO [REDACTED]
Coordenador do Comitê-Gestor do Programa Brasil MAIS



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano [REDACTED] Usuário Externo**, em 02/10/2023, às 11:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu [REDACTED] Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 23/10/2023, às 19:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano [REDACTED] Coordenador(a) do Comitê Gestor do Programa Brasil MAIS**, em 07/11/2023, às 11:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **25018673** e o código CRC **83268254**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**ANEXO I AO TERMO DE ADESÃO nº 11/2023/SENASP - REDEMAIS
MATRIZ DE RESPONSABILIDADES**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, firmou com a PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A - Aderente, o Termo de Adesão nº **11/2023/SENASP** - RedeMAIS o qual referencia esta Matriz de Responsabilidades validada pelos partícipes.

INFORMAÇÕES INICIAIS

| | |
|--|--|
| Título | Adesão da Portos RS - Autoridade Portuária do Grande do Sul S.A à Rede do Programa Bra (RedeMAIS) |
| Duração | 60 (sessenta) meses, prorrogável no interesse mútuo dos partícipes. |
| Descrição | A RedeMAIS, como vetor de desenvolvimento e realização do Programa Brasil MAIS, tem f estruturar ambiente matricial de cooperação e de compartilhamento de tecnologias, metc técnicas e dados atualizados, entre seus integrantes - instituições, órgãos e entidades públ segurança pública das esferas federal, estadual, distrital e municipal para promover a mul conhecimento, a pesquisa, o treinamento e o desenvolvimento de recursos humanos, a pa procedimentos e o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias, conhecimentos, dados voltados ao aprimoramento institucional e operacional dos integrantes. O Programa Brasil MAIS. é um projeto estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Púl |
| Instituições que Utilizarão o Sistema | Autoridade Portuária do Grande do Sul S.A |

DAS CONDIÇÕES

A presente matriz de responsabilidades contempla atividades gerais necessárias ao acesso, intercâmbio e integração de informações no âmbito da RedeMAIS.

O aderente compromete-se a fornecer e atualizar, junto ao Sinesp, os dados e informações referidas na Lei do SUSP, em normas correlatas e nas Resoluções do Conselho Gestor do Sinesp, bem como cumprir as demais cláusulas desse



instrumento.

O integrante que deixar de fornecer ou de atualizar seus dados e informações poderá ser descredenciado da RedeMAIS, o que implica em imediato cancelamento do acesso às ferramentas, plataformas e dados disponibilizados no âmbito do Programa Brasil MAIS (Subcláusulas 6.11, 10.1 e 10.2 do Termo de Adesão).

É dever dos partícipes promover a articulação entre os atores e implementar mecanismos que garantam a efetividade da cooperação.

O Aderente deverá constituir mecanismo de gestão, com os respectivos responsáveis e responsabilidades, sob a orientação do MJSP, para integração efetiva do sistema.

Os detalhes da estrutura de gestão serão acordados entre as partes, tais como a garantia de prioridade de uso da solução fornecida, atribuições específicas dos gestores, conforme disposto neste instrumento.

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Reunião presencial/remota, por convocação extraordinária, com o envolvimento da alta gestão para a avaliação e aperfeiçoamento da cooperação;

Reunião presencial/remota, por convocação extraordinária da equipe responsável pela implantação do sistema no ADERENTE, tendo por objetivo o planejamento integrado e acompanhamento das atividades.

Interlocução com canais de imprensa, oportunamente, tendo por objetivo a divulgação das principais ações e resultados obtidos com a implantação e uso do sistema.

Visitas técnicas a serem realizadas oportunamente, tendo por objetivo a realização de avaliação da implantação, uso e expansão do sistema.

PLANO DE RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADES

Atores envolvidos com a viabilização e execução da presente cooperação:

GESTORES DO MJSP

| Cargo / Função | Funções | Órgão |
|---|-------------------------------|--------------------------|
| Secretário Nacional de Segurança Pública do MJSP | Autoridade signatária do MJSP | MJSP (SENASP/MJSP) |
| Coordenador do Comitê Gestor do Programa Brasil MAIS do MJSP | Gestor | PF (SEGEO/INC /DITEC/PF) |
| Coordenador suplente do Comitê Gestor do Programa Brasil MAIS do MJSP | Sub-Gestor | PF (DPER/INC/DITEC/PF) |
| Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação | Gestor Técnico do MJSP | MJSP (DTIC/SE/MJSP) |

GESTORES DO ADERENTE

| Cargo / Função | Funções | Órgão |
|---|-----------------------------------|--|
| Presidente da Portos RS | Autoridade signatária da ADERENTE | Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A |
| Guarda Portuário/Coordenador de Inteligência | Representante titular | Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A |
| Guarda Portuário/Gerente de Segurança Portuária | Representante suplente | Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A |
| Guarda Portuário/Coordenador de Inteligência | Gestor Técnico da ADERENTE | Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A |
| Guarda Portuário | Cadastrador | Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A |



MATRIZ DE RESPONSABILIDADES CONSOLIDADA

| Matriz de Responsabilidades | | | | |
|---|---|--|---|---|
| Sistema, base de dados, imagem ou serviço | Descrição | Atividade | Responsável | Prazo |
| RedeMAIS | Adotar as resoluções editadas pelo Comitê-Gestor do Programa Brasil MAIS | Assegurar o cumprimento do presente Termo de Adesão, das regras do Programa Brasil MAIS e da RedeMAIS e adotar as resoluções editadas pelo Comitê-Gestor do Programa Brasil MAIS, disponíveis na página do Programa Brasil MAIS no portal do MJSP (https://www.gov.br/mj/pt-br), sob pena de descredenciamento | Autoridade signatária do ADERENTE Representante do ADERENTE | Permanente |
| | Direitos autorais e de propriedade: Respeito aos direitos autorais e de propriedade | Citar como fonte, em documentos produzidos com suporte da RedeMAIS: a) caso utilize apenas dados governamentais, apenas a RedeMAIS. Ex: "Fonte RedeMAIS/MJSP."; ou b) caso utilize produtos comerciais licenciados (ou não governamentais) obtidos pela RedeMAIS (imagens, plataformas, dados, etc.), tanto a RedeMAIS quanto o fornecedor originário. Ex: "Fonte: RedeMAIS/MJSP e © 2020 [Nome do fornecedor]." | Autoridade signatária do ADERENTE Representante do ADERENTE Todos os usuários do ADERENTE | Permanente |
| | Compromisso e Manutenção de Sigilo: Assegurar Compromisso e Manutenção de Sigilo | Permitir o acesso às informações obtidas aos agentes públicos da instituição que tenham se comprometido em assegurar compromisso e manutenção de sigilo. | Autoridade signatária do ADERENTE Representante do ADERENTE Cadastrador | Permanente |
| | Uso regular e lícito da tecnologia: Uso regular e lícito, por parte de seus agentes públicos, das ferramentas e produtos disponibilizados na RedeMAIS | Assegurar o uso regular e lícito, por parte de seus agentes públicos, das ferramentas e produtos disponibilizados na RedeMAIS. | Autoridade signatária do ADERENTE Representante do ADERENTE | Permanente |
| | | Não distribuir e não permitir que se distribuam a terceiros de qualquer espécie os insumos e produtos (imagens, ferramentas, credenciais e chaves de acesso, dados etc.) recebidos por meio da RedeMAIS, incluindo publicação em portais de acesso público ou anônimo. | Autoridade signatária do ADERENTE Representante do ADERENTE | Permanente |
| | Prestação de contas | Apresentar relatórios periódicos de informações e de prestação de contas. | Representante do ADERENTE | Conforme definições gerais e detalhadas emanadas do Comitê-Gestor |
| | Configuração do ambiente tecnológico do ADERENTE | Realizar e manter a configuração do ambiente da instituição nas plataformas disponibilizadas pela RedeMAIS. | Gestor Técnico do ADERENTE | 30 dias |



| | | | | |
|--|--|---|---------------------------|-----------------------------|
| Plataforma de imagens e dados satelitais de alta resolução | Plataforma de imagens de alta resolução, dashboard de alertas e EAD | Disponibilizar o acesso às plataformas, sistemas, serviços e dados da RedeMAIS, observadas eventuais restrições impostas e dentro dos limites e abrangências compatíveis com a competência do ADERENTE. | Gestor/Sub-Gestor | 2 dias úteis |
| | | Habilitar usuário Cadastrador do ADERENTE. | Gestor/Sub-Gestor | 2 dias úteis |
| | | Analisar as solicitações de credenciais e chaves de acesso e concedê-las, dentro dos limites operacionais, em número adequado ao uso pelo ADERENTE. | Gestor/Sub-Gestor | 5 dias úteis após a demanda |
| | | Realizar gestão do cadastro e das permissões de acesso dos usuários do ADERENTE. | Cadastrador | Permanente |
| Sinesp | Disponibilizar informações demandadas pelo CG-Sinesp. | Manter-se adimplente junto ao Sinesp alimentando-o das informações demandadas pelo CG-Sinesp. | Representante do ADERENTE | Permanente |
| Capacitação e troca de conhecimentos | Capacitação e troca de conhecimentos referentes a aquisição, coleta, integração, processamento, análise, visualização e disseminação de dados, imagens e informações ambientais e territoriais | Realização conjunta de treinamento, seminários ou outros eventos de capacitação e troca de conhecimentos. | Representante do ADERENTE | pelo menos 1 evento anual |

GLOSSÁRIO

Autoridade signatária ADERENTE: maior autoridade do ADERENTE, ou outra autoridade que atue por delegação de competência.

Autoridade signatária do MJSP: Secretário Nacional de Segurança Pública, ou outra autoridade que atue por delegação de competência.

Cadastrador: agente público dos quadros do ADERENTE responsável pela gestão de usuários e pela aprovação de dados cadastrais, inclusive as alterações, como alteração de e-mail e telefone.

Gerente/Sub-Gerente: agente público responsável pela coordenação e supervisão da execução da cooperação no âmbito do Programa Brasil MAIS.

Gestor técnico do ADERENTE: gestor responsável por coordenar a disponibilização da infraestrutura tecnológica necessária do ADERENTE e a configuração do ambiente do ADERENTE nas plataformas disponibilizadas pela RedeMAIS.

Gestor técnico do MJSP: gestor responsável por coordenar a disponibilização da infraestrutura tecnológica necessária do MJSP.

Representante titular/suplente: responsável pelo ADERENTE, como ponto focal para assuntos administrativos, junto ao MJSP que, dentre outras atribuições de fiscalização, deve prestar contas por meio de relatórios periódicos de informações e prestação de contas.

APROVAÇÃO E ASSINATURA

E, por estarem justas e acordadas entre os partícipes as condições desta Matriz de Responsabilidades, APROVAM e ASSINAM eletronicamente este Instrumento, para que produza seus efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele.



FRANCISCO [REDACTED]
Secretário Nacional de Segurança Pública

CRISTIANO [REDACTED]
Presidente da PORTOS RS
Autoridade ADERENTE

CRISTIANO [REDACTED]
Coordenador do Comitê-Gestor do Programa Brasil MAIS

Referência: Processo nº 08000.019743/2023-60

SEI nº 25018673



EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 08016.015060/2023-64: Pregao nº 13/2023. Objeto: aquisição aquisição de máquinas, equipamentos e EPI's para compor kits para montagem de fábricas de bloquetes de concreto e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 91/2023-SENAPPEN, Data da Assinatura: 29/12/2023. Fornecedor: IRMAOS MORAES INTERMEDIACAO DE NEGOCIO LTDA CNPJ 33.156.721/0001-44 Valor total da contratação: R\$ 1.611.255,00. Brasília/DF, 16/01/2024 JUCIANE PRADO LOURENCO DA SILVA SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 08016.015060/2023-64: Pregao nº 13/2023. Objeto: aquisição aquisição de máquinas, equipamentos e EPI's para compor kits para montagem de fábricas de bloquetes de concreto e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 92/2023-SENAPPEN, Data da Assinatura: 09/01/2024. Fornecedor: SUPPORT SUPRIMENTOS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ 44.998.126/0001-72 Valor total da contratação: R\$ 577.576,50. Brasília/DF, 16/01/2024 JUCIANE PRADO LOURENCO DA SILVA SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 08016.015060/2023-64: Pregao nº 13/2023. Objeto: aquisição aquisição de máquinas, equipamentos e EPI's para compor kits para montagem de fábricas de bloquetes de concreto e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 93/2023-SENAPPEN, Data da Assinatura: 08/01/2024. Fornecedor: PESKA SPORT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ 22.965.509/0001-01 Valor total da contratação: R\$ 3.630,00. Brasília/DF, 16/01/2024 JUCIANE PRADO LOURENCO DA SILVA SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 08016.015060/2023-64: Pregao nº 13/2023. Objeto: aquisição aquisição de máquinas, equipamentos e EPI's para compor kits para montagem de fábricas de bloquetes de concreto e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 94/2023-SENAPPEN, Data da Assinatura: 15/01/2024. Fornecedor: MAYARA DIAS DA SILVA - FERRAMENTARIA CNPJ 17.999.040/0001-91 Valor total da contratação: R\$ 55.200,00. Brasília/DF, 16/01/2024 JUCIANE PRADO LOURENCO DA SILVA SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 08016.015060/2023-64: Pregao nº 13/2023. Objeto: aquisição aquisição de máquinas, equipamentos e EPI's para compor kits para montagem de fábricas de bloquetes de concreto e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 95/2023-SENAPPEN, Data da Assinatura: 29/12/2023. Fornecedor: AGREGA DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ 49.834.027/0001-79 Valor total da contratação: R\$ 14.092,80. Brasília/DF, 16/01/2024 JUCIANE PRADO LOURENCO DA SILVA SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 08016.015060/2023-64: Pregao nº 13/2023. Objeto: aquisição aquisição de máquinas, equipamentos e EPI's para compor kits para montagem de fábricas de bloquetes de concreto e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 96/2023-SENAPPEN, Data da Assinatura: 29/12/2023. Fornecedor: BRAVE DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ 43.892.634/0001-09 Valor total da contratação: R\$ 36.480,00. Brasília/DF, 16/01/2024 JUCIANE PRADO LOURENCO DA SILVA SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 08016.015060/2023-64: Pregao nº 13/2023. Objeto: aquisição aquisição de máquinas, equipamentos e EPI's para compor kits para montagem de fábricas de bloquetes de concreto e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 97/2023-SENAPPEN, Data da Assinatura: 29/12/2023. Fornecedor: JTH COMERCIO LTDA CNPJ 30.680.100/0001-77 Valor total da contratação: R\$ 452.389,20. Brasília/DF, 16/01/2024 JUCIANE PRADO LOURENCO DA SILVA SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIS

DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE REPASSE

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE REPASSE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000003/2024 ao Convênio Nº 886482/2019. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA, Unidade Gestora: 200324. Conveniente: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA, CNPJ nº 04567897000190. Prorrogação de vigência. Valor Total: R\$ 8.631.301,87, Valor de Contrapartida: R\$ 473.799,58, Vigência: 30/01/2024 a 29/10/2024. Data de Assinatura: 29/11/2023. Signatários: Concedente: RAFAEL VELASCO BRANDANI, CPF nº ***.146.406-**, Conveniente: MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS, CPF nº ***.223.762-**.

EXTRATOS DE DOAÇÕES

Processo nº 08016.022240/2023-01. Termo de Doação Paraíba/PB (25709871). Doador: A União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Secretaria Nacional de Políticas Penais/SENAPPEN. Donatário: e o ESTADO DA PARAÍBA, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA/PB. Objeto: Doação de 11 (onze) Detectores de Metais para Inspeção Corporal Tipo Pórtico. O Termo de Doação foi assinado pelos representantes: Sr. RAFAEL VELASCO BRANDANI, Secretário Nacional de Políticas Penais e o Sr. JOÃO ALVES DE ALBUQUERQUE, nomeado pelo Ato Governamental nº 0747, de 01 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 17.589 de 02 de abril de 2022.

Processo nº 08016.022240/2023-01. Termo de Doação Pernambuco/PE (25709873). Doador: A União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Secretaria Nacional de Políticas Penais/SENAPPEN. Donatário: e o ESTADO DE PERNAMBUCO, representado pela SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANO/PE. Objeto: Doação de 28 (vinte e oito) Detectores de Metais para Inspeção Corporal Tipo Pórtico. O Termo de Doação foi assinado pelos representantes: Sr. RAFAEL VELASCO BRANDANI, Secretário Nacional de Políticas Penais e o Sr. FLÁVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, nomeado pelo Ato Governamental do dia 20/10/2023, nº 6554, datado de 19 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado em 21 de Outubro de 2023.

DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024 - UASG 200326

Nº Processo: 08016015248202311. Objeto: Contratação de serviços continuados de Controle Sanitário de ambiente, que abrange desinsetização, desratização, descupinização ou algum caso de epidemia oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos, nas áreas internas da sede da Secretaria Nacional de Políticas Penais - DURAÇÃO: 5 ANOS. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 17/01/2024 das 08h00 às 17h00. Endereço: Scn Q.03, Ed. Multibrasil Corporate, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200326-5-90002-2024. Entrega das Propostas: a partir de 17/01/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/02/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO MONTICELLO DE SIQUEIRA BRAGA

Pregoeiro

(SIASGnet - 16/01/2024) 200326-00001-2024NE800156

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PÚBLICA

EXTRATO DE ADESAO

TERMO DE ADESAO Nº 03/2023/SENASP - REDEMAIS.

OBJETO: adesão da PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A à RedeMAIS, do Programa Meio Ambiente Integrado e Seguro - Programa Brasil MAIS. Signatários: FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR - Secretário Nacional de Segurança Pública, CRISTIANO PINTO KLINGER - Presidente da PORTOS RS e CRISTIANO DA CUNHA DUARTE - Coordenador do Comitê-Gestor do Programa Brasil MAIS.

Data de Assinatura: 07/11/2023. Vigência: 60 (sessenta meses), a partir da data da assinatura. Processo nº 08000.019743/2023-60.

EXTRATO DE DOAÇÃO

Espécie: Termo de Doação nº 550/2023 - Processo nº 08106.005101/2023-03. Doadora: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PÚBLICA, CNPJ nº 00.394.494/0005-60.

Donatária: SECRETARIA DA SEGURANCA PÚBLICA DE SÃO PAULO, CNPJ nº 46.377.800/0001-27. Objeto: Bens constantes no anexo I do Termo de Doação nº 550/2023, em referência. Data da assinatura: 29/12/2023.

Assinaturas: LARISSA ABDALLA BRITTO, Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública- DGFNSP/SENASP/MJSP e GUILHERME MURARO DERRITE, Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Valor: R\$ 268.433,95 (duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos).





Zimbra

presidente@portosrs.com.br

__SPAM__ Envio de Termo de Adesão e Publicação DOU

De : MJ/Coordenação de Integração de Dados
<[REDACTED]@mj.gov.br>

Qui, 18 de jan de 2024 10:42

Assunto : __SPAM__ Envio de Termo de Adesão e Publicação DOU

2 anexos

Para : [REDACTED]@portosrs.com.br

Responder para : MJ/Coordenação de Integração de Dados
<[REDACTED]@mj.gov.br>

Prezados(as)

Em referência ao Processo SEI nº 08000.019743/2023-60, que trata da concessão de acesso ao sistema Brasil MAIS por parte do Portos RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A, encaminho:

1. O Termo de Adesão devidamente assinado pelas partes;
2. A cópia da publicação no Diário Oficial da União do extrato do Termo de Adesão.

Ademais, agradecemos a parceria e pedimos a gentileza de acusar o recebimento.

Atenciosamente,
COID

Publicacoes_do_D.O.U._26741385_Extrato_do_Termo_de_Adesao_n.__032023..pdf
1 MB

Termo_de_Adesao_25018673.html
109 KB
